

A ditadura civil-militar e a repressão contra os jornalistas de Juiz de Fora¹

Vívian Marília Oliveira ARMOND²
Sabrina Cáster Filgueiras dos SANTOS³
Christina Ferraz MUSSE⁴
Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

Resumo

Este artigo propõe a reflexão sobre a atuação dos jornalistas em Juiz de Fora, MG, no contexto da ditadura civil-militar. Na cidade funcionou não só um presídio de presos políticos, a Penitenciária de Linhares, em que a ex-presidente Dilma Roussef esteve presa, mas também a sede da 4^o Região Militar (4^o RM) e da Auditoria da Justiça Militar. Por esses e outros fatos recém-descobertos, é que destacamos a relevância da investigação acadêmica para a construção da história do passado recente, e também, entendendo os jornalistas como responsáveis pelos registros factuais, que são fonte para a história, a importância de investigar como os profissionais conviveram com a ditadura. O artigo expõe parte de uma pesquisa em que foram utilizados arquivos documentais e a metodologia de História Oral.

Palavras - chave: jornalismo; ditadura civil-militar; censura; História Oral; Juiz de Fora;

Introdução

O município de Juiz de Fora⁵, também conhecido como Manchester Mineira, teve uma grande participação nos fatos que ocasionaram o golpe de 1964, quando, em 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho partiu com suas tropas rumo à Guanabara (RJ), para depor o presidente João Goulart. Naquela época, o Brasil passava por uma crise política e a deflagração do golpe mergulhou o país em uma série de violações dos direitos humanos, entre eles o da liberdade de imprensa.

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

² Bolsista de Iniciação Científica, estudante de graduação do 3^o período de Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: vivianmarilia.armond@yahoo.com.br

³ Bolsista de Extensão, estudante de graduação do 9^o período de Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: sabrinacacarterjf@hotmail.com

⁴ Jornalista, mestre e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Líder do grupo de pesquisa “Comunicação, Cidade e Memória”. E-mail: cferrazmusse@gmail.com

⁵ Cidade localizada no interior do estado de Minas Gerais, encontra-se à 262 Km da capital Belo Horizonte, e 184 Km da capital do Rio de Janeiro.

Os fatos recém-descobertos pela Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF)⁶ foram indispensáveis para aguçar o espírito investigativo de tentar descobrir como se deu a relação dos jornalistas com o aparelho repressor, diante da censura imposta no país. Para isto, este artigo procurará analisar as entrevistas, realizadas para esta pesquisa, de jornalistas que atuaram na imprensa juiz-forana.

A CMV-JF, ao entrevistar vítimas e parentes das vítimas que estiveram presas, ou foram inquiridas na cidade, e jornalistas que foram impedidos de exercer o direito de informar durante o período ditatorial, revelou que em Juiz de Fora houve uma forte presença dos poderes arbitrários, que contaram com o apoio de segmentos da sociedade civil.

Um fato curioso, evidenciado após análise do conteúdo acima mencionado e de matérias de jornais, revela que, apesar da Lei de Anistia⁷, em plena abertura política, em meados da década de 1980, foram registrados casos de perseguição, censura e repressão a jornalistas dentro e fora das redações, revelando que o poder do regime ainda era capaz de ameaçar e amedrontar, diferentemente do que se falava nas notícias dos jornais.

A metodologia de História Oral utilizada nesta pesquisa com os jornalistas que trabalharam ao longo do período nos meios de comunicação da cidade, foi adotada para verificar que apesar da censura ter sido presente dentro das redações, a maioria dos jornalistas lutavam pela liberdade de imprensa, mesmo que individualmente. Devido à maioria dos veículos de comunicação locais serem conservadores, com política editorial de apoio ao governo militar, conforme relatos, a própria censura ocorria dentro das redações, onde os censores decidiam o que deveria ou não ser publicado.

Agora, 53 anos após o golpe, faz-se necessária a reflexão acerca dos fatos consumados, por meio das memórias desses personagens, ressignificadas em relatos, que voltam a ser importantes a fim de descobrir e/ou reconstruir fragmentos daquela realidade.

⁶ A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF) foi aprovada pela Lei Municipal nº 12.643 de 6 de agosto de 2012, na Câmara Municipal. Porém, veio a ser regulamentada pelo Decreto do Executivo Municipal nº 11.922, em 2 de abril de 2014, quando seus sete membros foram nomeados e tomaram posse (MUSSE, SALLES, 2015, p. 16-17)

⁷ Na experiência brasileira, destacam-se a lei de anistia de 1979 (lei 6683/79) e a lei 9140/95, que reconheceu como mortos os desaparecidos políticos e estabeleceu indenização aos seus familiares. (PIOVESAN, 2010, p. 181).

A censura sempre esteve presente

O primeiro caso de censura registrado no Brasil foi o do jornal *Correio Braziliense*, que apesar de não nascer em solo brasileiro, trazia notícias do mundo para a colônia portuguesa. Refugiado em terra estranha, devido à censura régia imposta no país, o *Correio Braziliense* teve forte influência do Iluminismo, que contribuiu para um sentimento de liberdade de pensamento e expressão, no qual só as grandes potências viviam.

Em 28 de agosto de 1821, D. Pedro I assinou o decreto que garantia a liberdade de imprensa aos brasileiros. (KUNSCH, 1995). No entanto, cento e cinquenta e um anos depois, “[...] no dia 6 de setembro de 1972, o decreto de D. Pedro foi censurado pelo Departamento de Polícia Federal, com a seguinte ordem a todos os jornais do País: ‘Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a Censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito.’” (SOARES, 1988, p. 21).

Durante os anos de chumbo, alguns órgãos foram criados pelo sistema repressivo para a obtenção de informações:

Com a interrupção do processo democrático, o governo militar criou órgãos destinados ao controle de dados e informações, aí incluídos dossiês sobre opositores da ditadura. Entre esses órgãos, se encontrava o Serviço Nacional de Informações (SNI), fundado em junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e no exterior. Além do SNI, entraram em funcionamento, nos anos posteriores, o Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que se incumbia de prender, sequestrar e torturar pessoas que agissem contra o regime, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e as Segundas Seções das Forças Armadas. (MORAES, 2014, p. 33, *apud* FICO, 2004 p. 9).

Mas os momentos de maior tensão vieram após a instauração do Ato Institucional N° 5 (AI-5), em 1968. Esse ato editado em 13 de dezembro de 1968 deu amplos poderes ao executivo.

Ademais, o AI-5 conferia maior liberdade para as cassações políticas e suspensão de direitos políticos, sem limitações constitucionais, e o mais grave: colocava fim no habeas corpus nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular, lançando os prisioneiros políticos ao arbítrio completo das autoridades do regime. (PERINI; PERLATTO, MASCARENHAS, 2015, p. 115).

Segundo Marconi (1980, p. 37-38), a imprensa brasileira nunca foi totalmente livre para noticiar fatos. Mas após a edição do AI-5, é que ela iniciou a árdua tarefa de tentar exercer seu papel de informar a sociedade, ao mesmo tempo em que sofria todas as formas de violência.

Praticamente todos os dias, agentes da Polícia Federal levavam a todas as redações de todos os órgãos de comunicação do país pequenos pedaços de papel, nos primeiros tempos timbrados e assinados por alguma autoridade, contendo explicitamente os assuntos que não deveriam ser adotados ou divulgados por não interessarem aos desígnios dos donos do poder. O policial entregava a proibição à primeira pessoa que encontrasse na redação, fazendo-a assinar, num papel à parte, um recibo comprovando ter recebido a ordem. Mesmo não encontrando um respaldo legal legítimo (havia, é verdade, o AI-5 mas ele não tinha legitimidade) para esta censura, o jornalista era obrigado a assinar o “ciente”, que passava a funcionar como ameaça tácita, de solturas consequências. (MARCONI, 1980, p. 46).

Em 1973, outra importante decisão dava fim à liberdade de imprensa. Estava imposta aos veículos de comunicação:

De ordem superior, fica terminantemente proibida a publicação de críticas ao sistema de censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como de qualquer notícia, crítica, referência escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada contra órgão de censura, censores e legislação censória. (Proibição da Polícia Federal, de 4.6.73) (MARCONI, 1980, p. 37).

O papel de Juiz de Fora na deflagração do golpe

Juiz de Fora teve um papel importante da deflagração do golpe. No dia 31 de março de 1964, as tropas do general Olímpio Mourão Filho saíram da cidade rumo ao Rio de Janeiro, para depor o presidente João Goulart.

[...] além de carregar a mácula de ser o município de onde o golpe teve início, Juiz de Fora foi uma das primeiras localidades brasileiras a enfrentar a repressão de Estado naquele momento histórico, e hoje pode ser a chave para a compreensão de muitos elementos obscuros desse período. (SANGLARD, 2015, p. 47).

Em Juiz de Fora, os dias que antecederam o 31 de março de 1964 foram marcados por intensas movimentações no Aeroporto da Serrinha, no interior do avião do governo e no Quartel General (QG) do Bairro Mariano Procópio. Personalidades políticas como o governador Magalhães Pinto, o secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, Monteiro de Castro e o marechal Odílio Denis, ex-ministro da Guerra do renunciante Jânio Quadros, se juntaram aos generais Mourão Filho, comandante da 4ª Região

Militar, e Luiz Guedes, da 4^o Divisão de Infantaria (ID-4), entre outros generais para articularem os passos da *Operação Popeye*. nome dado em homenagem ao cachimbo utilizado por Mourão Filho. (SANGLARD, 2015, p. 48-49).

No dia 28 de março de 1964, sábado de Alelúia, o general Mourão Filho, Luiz Guedes e o ex-ministro da Guerra Odílio Denis fizeram uma reunião por três horas no aeroporto da cidade juiz-forana para discutirem questões para dar início a intentona em Minas. (LARANGEIRA, 2014, P.106). O jornalista Wilson Cid⁸, que na época, tinha 24 anos, presenciou alguma dessas reuniões. Segundo ele, no dia 31, existia uma movimentação intensa na cidade, e nas primeiras 48 horas, o jornalista estava presente no quartel. É dele uma observação curiosa, o de que u avião sobrevoaria jogando panfletos sobre a cidade, tentado impedir o golpe. “No dia 31, ocorreu a passagem do avião da FAB sobrevoando a cidade distribuindo panfletos de um ato do presidente [João Goulart] da república destituindo o comandante da quarta região daqui [Juiz de Fora].” (CID, 2017)

Nesse primeiro momento, a imprensa foi impedida de fazer qualquer cobertura noticiosa sobre o quê se passava dentro das instalações militares, ou fora delas, que interferisse nas ações de seus agentes. A repressão ainda se mostrava tímida, porém já revelava que os anos subsequentes seriam os mais autoritários.

Tudo aponta que Juiz de Fora foi a primeira cidade brasileira a sofrer diretamente com a repressão. Na rota dos militares, várias pessoas foram presas por ameaçarem o novo regime que estava por vir. Entre as primeiras prisões efetuadas na cidade está a do diretor regional dos Correios, Misael Cardoso Teixeira. Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF)⁹, a viúva de Misael Teixeira contou que o marido foi a primeira vítima da ditadura e como sucedeu a prisão.

Foi antes da Revolução. Houve a Semana Santa e nós voltamos desta viagem com meus filhos; eu, ele e meus filhos. Entraram aqueles homens, eles bateram, nós fomos abrir, eram os oficiais do exército e mais uns soldados. “O senhor está preso”. Não disseram

⁸ Wilson Cid nasceu em Três Rios, no dia 8 de agosto de 1940 e veio para Juiz de Fora quatro anos mais tarde. Seu primeiro emprego foi como office boy no Sindicato da Fiação e Tecelagem, depois trabalhou já como jornalista na rádio “Difusora”, depois na “Industrial”. Trabalhou em Belo Horizonte na rádio “Itatiaia” e depois “Sociedade”. Voltou para Juiz de Fora, onde trabalhou no “Diário Mercantil” e no “Diário da Tarde”. Também já trabalhou no jornal “Hoje em Dia” e foi correspondente de “O Globo”. (Disponível em: memoriasdaimprensajf.wordpress.com/entrevistas/memorias-possiveis-jornalistas/wilson-cid/)

⁹ O depoimento de Marita Pimentel França Teixeira foi gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação na UFJF, no dia 15 de julho de 2014, por Fernanda Nalon Sanglard e Antônio Henrique Duarte Lacerda, transcrito por Caroline da Silva Ferreira com revisão final de Ramsés Albertoni.

por que motivo, nem a mim. Mas preso por quê? Ele ficou assim... Eu acho que ele sabia um pouquinho, não que seria preso, mas sabia que estava havendo alguma coisa, eu confesso que eu não sabia, naquele tempo não. (TEIXEIRA, 2015).

Marita Teixeira não soube precisar a data em que o esposo foi levado pelos militares, mas afirma que foi antes do dia 31 de março de 1964, quando as tropas ainda não haviam deixado Juiz de Fora. O sistema previamente articulado previa a interceptação dos sistemas de comunicação, entre eles, os Correios, prisões de líderes sindicais e políticos para evitar resistências contrárias ao movimento.

Além de ser a cidade de onde saiu o golpe, na época, o município abrigava a 4º Região Militar (4º RM), importante centro de comando onde funcionava a sede oficial do Quartel General (QG) e a Auditoria Militar, sede da 4º Circunscrição Judiciária Militar (4º CJM), responsável por processar e julgar crimes de natureza militar. (SANGLARD; GUERRA; LACERDA, 2015, p. 53-54).

Ainda funcionava no município um presídio de presos políticos, a Penitenciária Regional José Edson Cavaliere (PJEC). Mais conhecida como Penitenciária de Linhares, nome do bairro onde a mesma se localiza, foi inaugurada em 1966 para receber presos políticos vindos da Serra do Caparaó, militantes do Movimento Nacional Revolucionário. (MNR) (LACERDA; GUERRA; SANGLARD; PERLATTO; SALLES, 2015, p.60).

A imprensa juiz-forana

Na década de 1960, existiam dois jornais com maior expressividade na cidade, o *Diário Mercantil* (DM) e o *Diário da Tarde* (DT), ambos pertencentes aos Diários Associados, grupo do empresário Assis Chateaubriand. O *Diário Mercantil* foi criado em 1912 e, em 1932 foi vendido ao conglomerado de mídia.

Até seu fechamento, em 1983, o jornal foi um grande formador de opinião, principalmente da classe média. O periódico sempre deixou explícito nos seus editoriais o seu posicionamento alinhado ao liberalismo econômico e ao conservadorismo político. Devido a essas características, o veículo foi considerado um jornal que comunicava “da elite para a elite.” (MUSSE, 2008, *apud* LISEUX, MUSSE, 2013, p. 3).

Administrado pelo mesmo grupo, o *Diário da Tarde* começou a circular em 1942, em substituição a uma segunda edição do DM. (MUSSE, 2008, p. 4). O DT

seguia a mesma linha editorial do *Diário Mercantil*, porém, o periódico era direcionado às camadas mais populares. “A linha editorial politicamente conservadora desses dois veículos se fez evidente não apenas em coberturas críticas ao governo de João Goulart, mas em entusiasmo e apoio à quebra da ordem constitucional de 1964.” (SANGLARD, LEAL, NEVES, CID, 2015, p. 131).

Em 1983, já com a falência dos veículos Diários Associados, em Juiz de Fora, o jornal *Tribuna de Minas* começou a ganhar espaço na imprensa local. Criado para ser um veículo “voltado para os problemas da cidade”, a primeira edição veio a circular em 1º de setembro de 1981 e, desde então virou o principal jornal da cidade. (MEMÓRIAS, 2015).

Atualmente, além do jornal *Tribuna de Minas*, a cidade conta com o *Diário Regional*, outro veículo criado em 1970, que foi feito com o objetivo de expandir a imprensa juiz-forana e regional. Sua periodicidade é diária, formado com notícias relacionadas à cidade em diferentes áreas como saúde, agricultura, gerais, economia, políticas e sociedade, além de um caderno de anúncios. (MEMÓRIAS, 2015).

A censura e os jornalistas da cidade

O primeiro ato de censura à imprensa, em Juiz de Fora, ocorreu no dia 31 de março de 1964, quando o *script* do programa matinal *Diário dos Fatos*, apresentado na Rádio Sociedade, por Cláudio Temponi e Wilson Cid, foi cortado. Os trechos retirados tratavam dos acontecimentos militares e policiais da véspera. (CMV-JF, 2015, p.155).

O jornalista Ismair Zaghetto, que trabalhou no jornal *Diário da Tarde* e *Diário Mercantil*, na entrevista dada à Comissão da Verdade, fala sobre a figura do censor dentro das redações. Segundo Zaghetto, existiam os militares que recebiam a função de serem censores e ficavam encarregados de irem nas redações, e também existia a própria autocensura, em que os jornalistas controlavam o que deveria ser ou não publicado para não terem problemas com os militares mais tarde.

E a figura do censor funcionava da seguinte forma, você escrevia a sua matéria, evidentemente na máquina de escrever; eu escrevia lá na minha velha Remington, pesadona, essa matéria antes de ser entregue ao revisor, ela recebia o visto do censor, desse jovem oficial. Se não estávamos achando ruim essa presença do censor, meu jovem, ela ficaria ainda muito pior. Por que o que é que fizeram? O que as autoridades fizeram, passaram a tarefa do censor para o editor do jornal. Então, o editor do jornal passou a ser o responsável pelo que o jornal publicasse. Então você aí se,

“você, instalava-se em que você aquilo que era terrível, que é a autocensura, né? A autocensura é um negócio é um negócio terrível, a censura explícita, definida, estampada, “isso pode, aquilo pode, etc., etc.” Mas autocensura é cruel porque você senta, hoje no computador, naquele tempo numa máquina de escrever, “isso aqui, será que eu fui, pesei a mão aqui? Será que a mão foi leve ali?”. Essa sensação de não saber o que você está fazendo é muito ruim. (ZAGHETTO, 2014).

Outra menção à censura foi feita pelo fotógrafo Toninho Carvalho, ex-funcionário dos Diários dos Associados. O ato de avaliar os negativos das fotos para as publicações era feito pelos militares. Seu chefe, Jorge Couri, editor de Fotografia dos Diários Associados de Juiz de Fora, revelava e entregava as fotos na mão dos militares para avaliação.

Eu ia fotografar, quando voltava, já tinha dois soldados lá [redação] esperando revelar o filme, para gravar o filme, voltava [o soldado] oito horas da noite, voltava com duas chapinhas, dois negativos só, que o filme tinha ficado lá. Então eu fazia às vezes 30 fotos, 20 fotos, quando voltava [da censura] tava com dois negativos só. (CARVALHO, 2015).

Segundo o jornalista Pedro Paulo Tauci¹⁰, existiam censores militares presentes no jornal, onde eles chegavam fardados e diziam o que deveria ou não ser publicado. O período à que o jornalista se refere são os primeiros anos do regime militar, onde existia a censura prévia.

Eu não cheguei a pegar esta época que foi em 1970 e 1971, censura prévia, mas aqui no *Diário Mercantil*, você tinha que trabalhar com o censor do seu lado. Eu, uma vez, disse que preferia trabalhar com um censor do meu lado, porque quando a gente comete a própria censura, a gente se torna mais realista do que o rei. Então, preferia que alguém ficasse ali e dissesse o que podia ou não ser publicado do que cometer a própria censura. (TAUCCI, 2017).

O jornalista que confirma esta versão dos censores na redação, é Luiz Guilhermino¹¹. O jornalista contou que, pela manhã, chegava uma correspondência na redação do *Diário do Mercantil* pelas mãos de um militar, com um envelope carimbado. “Chegava a encomenda da semana da censura federal carimbada: Departamento de Censura da Polícia Federal.” (GUILHERMINO, 2017). Após a

¹⁰ Jornalista graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Pós-Graduado em Língua Portuguesa - Redação e Produção de Textos - pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Comunicação e Jornalismo pela School of Journalism and Communications of the University of Florida, USA.

¹¹ Jornalista graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, é um dos fundadores do PT e especializado em jornalismo econômico.

leitura deste documento, a pessoa que tivesse recebido a correspondência deveria assinar, dando-se a entender que estava ciente das normas.

Outro ato de censura que o jornalista destacou foi sobre uma matéria ter sido censurada pelos próprios editores do jornal *Diário Mercantil*, falando a respeito do ex-sindicalista Clodesmidt Riani, ex-líder sindical e político mineiro, que foi preso nos primeiros dias após o golpe militar. “O Riani, ele era como se fosse o presidente da CUT, então, eu fui tentar convencer o Riani a dar uma entrevista. Falei que a anistia estava chegando, e ele dizia que ia esperar a anistia. Um dia eu o convenci.” (GUILHERMINO, 2017). Após ter conseguido a entrevista, Guilhermino não pode publicar ela na íntegra, sendo o material mandado para *O Tempo*¹², jornal menos conservador.

Levei aquele bolo de lauda e voltei para fazer o meu trabalho do dia a dia, de repente estou olhando em cima da mesa a lauda e uma caneta correndo em cima assim: “zap”, “zap”, “zap”, “zap”. Levantei igual uma bala e fui lá, quando eu abro, metade já estava riscado de caneta. Eu disse: “Espera aí, o que é isso?”. “Isso daqui não pode.” “Espera aí, a entrevista ou ela é na íntegra ou não tem. Dá licença.” Tomei e tive que olhar contra a luz para ver o que tinha riscado e refazer aquela primeira lauda, e aí nós publicamos em um jornal chamado *O tempo*. (GUILHERMINO, 2017).

Em 1980, período que se encaminhava para o fim da ditadura civil-militar, e a busca pela liberdade de imprensa era mais intensa, ainda tivemos alguns casos cometidos contra os funcionários dos jornais da cidade de Juiz de Fora.

Poucos dias após a inauguração do jornal *Tribuna de Minas*, os jornalistas Kátia Dias e Rodrigo Barbosa foram processados por uma matéria que relatava uma entrevista feita com o jornalista Euro Arantes¹³. De acordo com Rodrigo Barbosa, eles foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional por mencionar um fato que ocorreu ao longo da história do jornal *Binômio*¹⁴. Barbosa conta que Arantes, durante a

¹² O *Em Tempo* foi lançado, em 1978, por um grupo de jornalistas e intelectuais que haviam rompido com o semanário Movimento. Aglutinava grupos políticos que posteriormente participaram da formação do Partido dos Trabalhadores (PT). Experiência mais radical de participação da redação nas decisões editoriais, também sofreu com cisões que deram origem a outros jornais: Amanhã e Hora do Povo. O Amanhã teve apenas uma edição. Já o Hora do Povo, órgão oficial do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), circula sem interrupção até os dias atuais (2014).. (Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/>) Acesso: 11 de abril de 2017

¹³ Fundador do jornal *Binômio*. Foi advogado, jornalista e político brasileiro.

¹⁴ O “Binômio” foi um jornal mineiro que surgiu em 17 de fevereiro de 1952, por iniciativa de dois jovens jornalistas, José Maria Rabelo e Euro Arantes. O jornal semanal trazia características de publicações alternativas: humor, irreverência, ironia, combate à força política dominante. Em 12 anos de existência, o “Binômio” imprimiu 508 números, edição de Belo Horizonte, além de 293 números de Juiz de Fora, totalizando 15 mil páginas. O jornal publicava matérias da cidade, do estado e nacionais. (Disponível em:

entrevista, narra um episódio que aconteceu na redação, quando o general Punaro Bley chegou a agredir o então diretor do jornal, José Maria Rabelo, por uma matéria que se intitulou “Quem é este Punaro Bley”. O repórter do jornal, José Nilo Tavares, puxando a ficha completa do general, descobriu que o militar havia sido o interventor de Getúlio Vargas, no Espírito Santo, na época da ditadura [de Vargas], e tinha um passado de arbitrariedades e autoritarismo. Não gostando do que foi escrito sobre ele, o general Punaro Bley foi tirar satisfações sobre a matéria, ocorrendo a confusão.

A editora do *Caderno Dois*, Kátia Dias, juntamente com repórter, Rodrigo Barbosa, foram levados à Delegacia para prestarem esclarecimentos sobre o assunto que vinha com o título “Ainda falta coragem e atrevimento aos jornais brasileiros”. Ainda, em uma das partes da entrevista, a fala do jornalista Arantes destaca-se, dizendo: “Não há democracia sem liberdade de imprensa. Assim como não existe ditadura que resista a um mínimo de abertura aos meios de comunicação.” (Tribuna de Minas, 23 de outubro de 1981, p.1). Os jornalistas receberam algumas orientações do advogado do Sindicato dos jornalistas de Juiz de Fora, foram até a Delegacia onde foram ouvidos e o processo não seguiu adiante.

Ainda no início dos anos 1980, tivemos o sequestro do fotógrafo Humberto Nicoline, quando o mesmo ficou duas horas nas mãos dos policiais para que fossem entregues as fotos que ele teria feito de um grupo de teatro. No dia 05 de setembro de 1981, uma semana após a inauguração do jornal *Tribuna Minas*, Nicoline foi proibido de fotografar o grupo “Tá na Rua”, de Amir Haddad, que se apresentava no Parque Halfeld, centro da cidade. Um soldado à paisana proibiu a exibição do grupo, sendo exigida a entrega das fotos feitas pelo jornalista. “Deixaram-me pelado na delegacia. A redação parou tentando ter notícias minha. Fui sequestrado mesmo. Foram duas horas e meia rodando comigo na cidade, quando finalmente eu entreguei. O filme estava na cueca, e quando tiraram a minha roupa, acabou caindo.” (NICOLINE, 2017).

Figura 1 - Capa do jornal *Tribuna de Minas*, dia 06 de setembro de 1981



Fonte: Biblioteca Municipal Murilo Mendes

A proibição da apresentação do grupo de teatro ganhou matéria de primeira página nos dois principais jornais da cidade - *Tribuna de Minas* e *Diário Mercantil* - sendo o caso do sequestro do fotógrafo apenas foi publicado no *Tribuna de Minas*, onde o mesmo trabalhava. Nesta época, estas publicações mostravam que os jornalistas tinham um pouco mais de liberdade comparado aos momentos de censura dentro da redação.

Julgamento das 18 pessoas na 4ª RM

Considerada uma das referências da época, conhecido como *Caso dos 18*, na cidade de Juiz de Fora, o fato conta com dezoito pessoas sendo processadas, entre elas, jornalistas, professores, sociólogos, estudantes e um tenente-coronel, que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de ofensa grave à justiça militar e divulgação de notícias tendenciosas no jornal *Diário da Tarde*. A matéria referia-se ao professor David Maximiliano de Souza¹⁵ que, segundo a entrevista de Guilhermino, foi preso em Ouro Preto. De acordo com o promotor Simeão de Faria, no julgamento, a matéria prestando solidariedade ao professor era uma forma de fazer com que a população ficasse contrária à ordem social. (*Diário Mercantil*, 21 de novembro de 1981, p.4).

¹⁵ David Maximiliano de Souza formou-se em Engenharia Metalúrgica na Escola de Minas de Ouro Preto-MG (1979). Professor secundário e líder sindical da categoria dos professores do Estado de Minas Gerais, David formou-se também em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e passou a se dedicar como advogado, principalmente para os diversos movimentos sociais de Belo Horizonte. É ex-aluno da República Nau sem Rumo. (Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/04/depoimento-de-david-maximiliano-de.html>) Acesso no dia 10 de abril de 2017)

Figura 2 - Matéria do jornal *Diário da Tarde*, dia 18 de julho de 1980, p. 3



Fonte: Biblioteca Municipal Murilo Mendes

Dentre as 18 pessoas que foram julgadas, estavam quatro jornalistas, Renato Henrique Dias, Luiz Alberto Moreira Guilhermino, Maria Lúcia de Souza Lopes e Marin Toledo Melquíades. “Foram 18 da seguinte forma: a minha mulher, Malu [Maria Lúcia Lopes, jornalista e editora], o Renato Henrique Dias e o Marinho por causa da matéria. Eu e os outros 14 fomos ligados aos movimentos sindicais, estudantis e políticos. Eu fui representando o Partido dos Trabalhadores, sou fundador do PT.” (GUILHERMINO, 2017). Eles tiveram apoio do advogado Heleno Fragoso que, na mesma época, estava defendendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que encontrava-se preso, sendo o processo adiado por uma semana por causa desta defesa.

Segundo o jornalista Luiz Guilhermino, foi feito um pedido de prisão preventiva para cinco das dezoito pessoas, enquanto o processo estava em andamento. “Foi pedido para cinco pessoas: para mim, a Malu, Paulo Delgado, Mirian Delgado, para mais um, que eu estou na dúvida, mas quero crer que era o Henrique Delvaux.” (GUILHERMINO, 2017). Ainda durante a entrevista, o jornalista disse que as cinco pessoas que tiveram o pedido de prisão decretado, pensaram em sair do país e mudarem para a Argélia. “A gente cogitou em uma reunião que haveria o exílio político, chegamos a fazer alguns contatos com o Miguel Arraes [ex-governador de Pernambuco, deposto pelo golpe], que morava na Argélia, e abrigava os exilados

políticos. Então, nós estávamos dispostos a ir para a Argélia, e deixarmos o país.” (GUILHERMINO, 2017). O pedido de prisão foi negado por uma votação de cinco juízes, sendo um deles civil e o restante militar.

O julgamento das 18 pessoas ocorreu no dia 26 de novembro de 1981, na 4ª RM em Juiz de Fora e acompanhado e noticiado nos principais jornais da cidade - *Tribuna de Minas* e *Diário Mercantil* - sendo matéria de capa e tendo relatos dos momentos do julgamento. Todas as pessoas envolvidas no caso foram absolvidas na primeira instância e o processo foi arquivado. “É um momento complicado, triste. A família toda chora com isso, a gente sofre. Todos foram absolvidos, mas foi um processo muito doloroso. Aquele processo de ir na Polícia Federal e colocar as impressões digitais, é muito triste.” (DIAS, 2017).

Considerações Finais

Passados 53 anos da deflagração do golpe civil-militar ainda se faz necessária a discussão sobre os fatos que desencadearam este período histórico de exceção. A atmosfera mudou, mas o medo e o silenciamento ainda permanecem naqueles que viveram os anos de chumbo. O passado é conflituoso e nem sempre lembrar é uma tarefa fácil. As lembranças vêm carregadas de fortes emoções e traumas vividos, de pausas e silêncios, apesar do incentivo à rememoração, incentivado por instituições de defesa dos Direitos Humanos, e da Lei de Anistia. Mas, depois de décadas de silenciamento, surgem as Comissões da Verdade, que se tornaram indispensáveis para ajudar a quebrar o silêncio e revelar realidades ainda desconhecidas.

A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora trouxe à tona algumas dessas narrativas, que estavam escondidas ou esquecidas nos porões da memória. Ao entrevistar vítimas da repressão seja física, psicológica, moral ou de liberdade de expressão, a Comissão possibilitou que essas pessoas rememorassem acontecimentos desconhecidos pela sociedade brasileira, muitos deles envolvendo a imprensa. A partir dos depoimentos de jornalistas, esta pesquisa buscou ouvir outros profissionais que atuaram nos veículos de comunicação da cidade, na época da ditadura (1964-1985), e que, na ocasião, não puderam ser ouvidos pela CMV-JF, mas que contribuíram significativamente para esclarecer a história do passado recente. Essas narrativas, que dão um novo significado ao período, mesmo depois de cinco décadas, trazem fatos poucos conhecidos, ou nunca revelados pelas vítimas.

A cidade de onde partiu o golpe vivenciou primeiro os momentos de repressão que desencadearam prisões e perseguições. Os jornalistas que trabalharam na imprensa local viveram os primeiros atos de censura, quando foram impedidos de fazer determinadas coberturas sobre o sistema repressivo. Embora os principais jornais de Juiz de Fora, na época, fossem conservadores e defensores da ditadura civil-militar, às margens, os jornalistas tentavam ultrapassar as barreiras da censura.

Mesmo após a década de 1980, período de redemocratização do país, alguns jornalistas que atuaram nos principais veículos de comunicação da cidade foram processados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Eram profissionais que trabalhavam nos grandes jornais de Juiz de Fora, mesmo assim, foram alvo da repressão, numa época considerada de “abertura política”. Isto sem falar das ameaças àqueles que atuaram em veículos alternativos, mas que não foram alvo de investigação neste artigo acadêmico.

Além disso, Juiz de Fora, apesar de possuir a Carta Sindical nº 1 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, fundado na década de 1930, não registrou grande envolvimento desta corporação com seus associados. Os relatos dos jornalistas revelam a omissão do sindicato aos acontecimentos da época. Portanto, os profissionais de comunicação, que vivenciaram o período da ditadura civil-militar, tiveram que escrever sob o controle dos empresários para quem trabalhavam, desenvolvendo uma resistência isolada, quase que individual.

Embora houvesse um grande esforço do aparato militar em frear a liberdade de expressão, os militantes da imprensa arriscaram suas carreiras e às vezes até as vidas em benefício da comunicação. Como verdadeiros *senhores da memória*¹⁶, deixaram para a posteridade fatos que nunca devem ser esquecidos.

Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARBOSA, Marialva. **Comunicação e História**: Partilhas teóricas. Florianópolis: INSULAR, 2011. 296 p.

_____. Jornalistas, senhores da memória?. In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2004, Porto Alegre. **Resumos**. Porto Alegre: PUC-BRS e Intercom, 2004. Disponível em:

¹⁶ “[...] ao ser portadora de um discurso válido que pode ser transformado em documento para o futuro, a mídia se configura como um dos senhores da memória da sociedade.” (BARBOSA, 2014, p. 1)

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/resumos/R0165-1.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

FICO, Carlos. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

IIDA, C.L.N.; MUSSE, C.F. **O “Diário Mercantil” no golpe militar de 1964: das manchetes de política às memórias de jornalistas**. Disponível em:
<[file:///C:/Users/vivia/Downloads/Clarisse_Iida-GTHistoriadaJornalismo_%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/vivia/Downloads/Clarisse_Iida-GTHistoriadaJornalismo_%20(4).pdf)>. Acesso em: 11 abril 2017.

LARANGEIRA, A. N.. **A Mídia e o Regime Militar**. Porto Alegre: SULINA, 2014. 238 p.

LISIEUX, D. O.; MUSSE, C. F.. O “Diário Mercantil” no Golpe Militar de 1964: como um jornal de província auxiliou na consolidação do golpe. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013. Ouro Preto, MG. **Anais** Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: <
<https://pesquisafacomufjf.files.wordpress.com/2013/06/o-dic3a1rio-mercantil-no-golpe-militar-de-1964-como-um-jornal-de-provc3adncia-auxiliou-na-consolidac3a7c3a3o-do-golpe-lisieu-x-d-oliveira-musse-christina-ferraz.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direito Internacional dos Direitos Humanos e Lei de Anistia: O caso brasileiro**. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38262052/2010RevistaAnistia02_1.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1491801548&Signature=P9IKr62vQwhyGzI4NqBZyI5nRnc%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DAFRANIO_MARCILIANO_AZEVEDO_ALANIR_CARDOS.pdf#page=176>. Acesso em: 10 abril 2017.

MEMÓRIAS DA IMPRENSA EM JUIZ DE FORA, 2015. Disponível em:
<<https://memoriasdaimprensaif.wordpress.com/2015/12/08/memorias-da-imprensa-em-juiz-de-fora/>>. Acesso em: 11 abril 2017.

MEMÓRIAS da Repressão: Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora/ Comissão da Verdade;. Juiz de Fora: MAMM, 2015. 272 p.

MORAES, L. A.. Ditadura militar: a memória jornalística como parte da revisão histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) / Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR)**. Porto Alegre / São Paulo, Alcar – Socicom, v. 3, n. 2, p. 33-41, dez. 2014. Disponível em:
<<http://www.unicentro.br/rbhm/ed06/dossie/03.pdf>>. Acesso em: 12 abril 2017.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

MUSSE, C. F.. A trajetória do Diário Mercantil: alter ego da cidade de Juiz de Fora. VIII ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO (NUPECOM), 2008. Natal, RN. **Anais** Natal, RN, 2008. Disponível em:
<[file:///C:/Users/Sabrina/Documentos%20Sabrina/MONOGRAFIA/R3-0491-1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Sabrina/Documentos%20Sabrina/MONOGRAFIA/R3-0491-1%20(1).pdf)>. Acesso em: 11 abril 2017.

SOARES, G. A. D.. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em:
<http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm>. Acesso em: 10 abril 2017.